

Simulando as “mentes passadas”: a Historiografia Cognitiva entre a História e as Ciências Cognitivas¹

Simulating “past minds”: Cognitive Historiography between History and the Cognitive Sciences

Thales Moreira Maia Silva

Doutorando em Ciência da Religião
Universidade Federal de Juiz de Fora
rebecapozzi@gmail.com

Recebido em: 26/10/2019

Aprovado em: 09/12/2019

Resumo: Este artigo salientará algumas questões, tópicos e desafios atualmente enfrentados pela Historiografia Cognitiva. Como forma de ilustrar sua pluralidade e divergência internas, além da compreensão intuitiva de tal campo como uma subdisciplina específica da História, exibiremos um conjunto de perspectivas por meio das quais ele pode ser considerado como parte integrante das Ciências Cognitivas. Nesse contexto, explicitando o interesse comum dos historiadores na variação histórica e transmissão cultural, o presente artigo enfatizará sua capacidade particular de “testar”, no material histórico, hipóteses generalizantes acerca dessas dinâmicas. Finalmente, valendo-nos do Mediterrâneo antigo como exemplo, contrariamente à atual tendência no estudo cognitivo dos fenômenos humanos, a qual enfatiza o experimentalismo, advogaremos pela aplicação de técnicas de modelagem, as quais, no que diz respeito às dinâmicas culturais, parecem compor uma ferramenta metodologicamente mais adequada para a agenda de pesquisa cognitivo-historiográfica.

Palavras-chave: Historiografia Cognitiva; História da Ciência; Dinâmica cultural.

Abstract: This article introduces some questions, topics and challenges currently faced by Cognitive Historiography. To illustrate its divergence and plurality, in addition to the intuitive understanding of this broad research field as a specific sub-discipline of History, we will offer a set of perspectives on how to consider it as an integral part of the Cognitive Sciences. By exposing the common interest of historians in historical change and cultural transmission, this article stresses their specific role in “testing” general hypotheses regarding these dynamics against their data. Finally, using the ancient Mediterranean world as an illustrative example, in disagreement with the current trend in the cognitive study of human-level phenomena, which overemphasizes experimentalism, we will argue for the application of modelling techniques which, regarding the study of cultural dynamics, can be considered as a more methodologically appropriate tool for the cognitive-historiographical research agenda.

¹ O presente artigo se fundamenta, desenvolve e amplia significativamente uma parcela dos argumentos anteriormente expostos em dois seminários distintos, ocorridos, respectivamente, durante o 30º Simpósio Nacional de História (15 a 19 de julho de 2019) e no XXII Congresso da Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos (02 a 06 de setembro de 2019): “Experimentando com as Mentes passadas: o mundo antigo como um laboratório para a Historiografia Cognitiva” e “Uma análise cognitiva do sacrifício animal na cultural visual (imperial) romana”.

Keywords: Cognitive Historiography; History of Science; Cultural dynamics.

Conforme este texto introdutório tentará demonstrar, o campo da Historiografia Cognitiva não está, simplesmente, limitado à aplicação de *insights* e descobertas das Ciências Cognitivas² à escrita da História. A valer, seu surgimento também poderia ser interpretado como a inclusão de mais uma disciplina na ampla empreitada interdisciplinar de pesquisas já existentes acerca do comportamento e cognição³ humanos. Devido ao habitual interesse historiográfico em encadeamentos abrangendo períodos de tempo significativamente amplos e envolvendo uma grande quantidade de indivíduos, historiadores desfrutam de um acesso indireto único aos processos de transmissão cultural de longo prazo. Logo, a discussão de questões associadas às dinâmicas culturais pode representar uma contribuição ímpar da Historiografia Cognitiva para as Ciências Cognitivas. E, dado que o Mediterrâneo antigo, aparentemente, caracterizava-se como um ambiente de relativa liberdade nos processos de transmissão cultural, ele poderia ser utilizado por estudiosos como uma espécie de “laboratório” para o estudo cognitivo-historiográfico das dinâmicas culturais (KAŠE, 2016). Sob tal perspectiva, o uso de modelos computacionais pela Historiografia Cognitiva do Império Romano representaria um tipo específico de pesquisa guiada por hipóteses, o qual utiliza de dados histórico-arqueológicos advindos de tal “laboratório” na avaliação de um conjunto particular de teorias científico-cognitivas para a análise das dinâmicas culturais – isto é, o papel de mecanismos⁴ cognitivos, operando sob o nível dos indivíduos, em relação aos processos culturais de longo prazo, envolvendo agrupamentos ou populações inteiras.

Em suma, o questionamento acerca do que é a Historiografia Cognitiva pode, muito provavelmente, ser respondido de várias maneiras distintas. No presente texto, nosso foco está em sua compreensão de acordo com o contexto do estudo histórico das culturas e da análise cognitiva das dinâmicas culturais.⁵ Em termos de suas teorias, questões e métodos, tal contextualização da

² Alcinha genérica para um conjunto de esforços interdisciplinares visando a compreensão da mente e sua relação com o cérebro, corpo e vivência humanos.

³ No presente artigo o termo “cognição” e seus derivados são utilizados de acordo com sua definição padrão: a atividade ou processo mental de aquisição de conhecimento e entendimento por meio da reflexão, experiência e percepção sensorial.

⁴ Em termos biológicos, um mecanismo é um sistema de partes e processos de interação causal que produzem um ou mais efeitos (Cf. CRAVER, TABERY, 2019).

⁵ O estabelecimento do campo da Historiografia Cognitiva no contexto da “História Cultural” está associado à figura do historiador das religiões Luther H. Martin, o qual desde o início da década de 1990 tem considerado o potencial de uma variedade de abordagens naturalistas para o trato diacrônico das culturas (MARTIN, 1996). Ao longo das duas últimas décadas, Martin, gradualmente, implementou teorizações científico-cognitivas em combinação com tais abordagens em um grande número de artigos teóricos, em sua maioria relacionados a questões de teoria e metodologia no estudo histórico das crenças e comportamentos religiosos (Cf. MARTIN, 1996; 2005a; 2005b; 2012; 2014), e – em colaboração com um grupo de estudiosos simpáticos às suas interpelações – organizou uma série de conferências e

Historiografia Cognitiva a aproxima substancialmente do, cada vez mais popular, paradigma de pesquisa da (nova) Evolução Cultural (Cf. MESOUDI, 2016), com alguns estudiosos (até mesmo) considerando-a como uma de suas mais recentes ramificações (BULBULIA et al., 2014). No entanto, naquilo que tange ao estudo da dinâmica interna aos sistemas culturais, contrariamente às teorizações padrões da Evolução Cultural, as quais enfocam, particularmente, os mecanismos de imitação e o papel das predisposições cognitivo-comportamentais de aprendizagem social (RICHERSON, BOYD, 2005), historiadores cognitivos estão principalmente interessados nos vieses de conteúdo advindos dos padrões psicológicos (teoricamente) inatos dos indivíduos humanos (HEINTZ, 2014; MORIN, 2016). Esse segundo grupo de propensões representa aquilo que é comumente descrito na literatura especializada por meio do conceito de “atração cognitiva” e que, no presente texto, será melhor especificado em termos da possibilidade de modelagem computacional da estrutura conceitual da (assim chamada) “epidemiologia das representações”⁶. É, precisamente, partindo de tal panorama que se vê possível operar uma diferenciação entre dois “tipos ideais” generalizantes de compreensão daquilo que poderia ser entendido por Historiografia Cognitiva no contexto do estudo histórico e científico-cognitivo das culturas.

Historiografia Cognitiva como Historiografia cognitivamente alicerçada

O primeiro entre tais “tipos ideais” está na concepção da Historiografia Cognitiva como uma forma específica de escrita da História. Ou seja, o estudo de eventos e processos históricos baseado e orientado por descobertas das Ciências Cognitivas, especialmente por conclusões advindas da Psicologia Cognitiva. Nele, historiadores aplicam e, adicionalmente, desenvolvem diagnósticos científico-cognitivos almejando a resolução de questões historiográficas particulares e a abertura de novos caminhos para a pesquisa histórica tradicional. No caso das abordagens

seminários que, posteriormente, serviram como base para a publicação de relevantes obras temáticas (Cf. MARTIN, PACHIS, 2003; 2009; MARTIN, SØRENSEN, 2011; MARTIN, WHITEHOUSE, 2004). No entanto, sem nunca esconder o fato de que é um historiador por profissão, seus textos continuamente enfatizam que não “pretende[m] sugerir que as abordagens para a análise do passado histórico baseadas em teorizações científico-cognitivas podem ou devem substituir os métodos especializados tradicionalmente utilizados pela História” (MARTIN, 2007, p. 51). Até o presente momento, o resultado mais visível de tal agenda – cuja popularidade vem crescendo exponencialmente, especialmente entre historiadores do Mediterrâneo antigo – é o lançamento do *Journal of Cognitive Historiography*, cuja primeira edição foi publicada em janeiro de 2014.

⁶ Em síntese, instruções que possam gerar ressonância com propensões cognitivas tendem a ser atraídas por tais estruturas mentais, o que resultaria em certa estabilização das ideias nelas contidas e, por sua vez, facilitaria seu compartilhamento e divulgação pública (compondo aquilo que chamamos de “cultura”). Consequentemente, qualquer conhecimento significativo o bastante para se estabilizar e ser compartilhado publicamente pode, da mesma forma, ser considerado relevante o suficiente para ser registrado e conservado, também, na cultura material do grupo ao qual pertence. Seriam, exatamente, tais inscrições que teriam provido os meios culturais que possibilitaram a manutenção de contínuas tradições mnemônicas e reflexivas de exegese e transmissão cultural. Em outros termos, a “epidemiologia das representações” fornece uma elucidação dos fenômenos culturais por meio da maneira como representações mentais se distribuem internamente a uma determinada população (SILVA, SANTOS, 2017b, p. 34-35).

cognitivo-historiográficas para o estudo do Mediterrâneo antigo, por exemplo, as pretensões de seus proponentes variam entre a compreensão de teorizações das Ciências Cognitivas como (1) uma nova ferramenta para a resolução de questões hermenêuticas (deveras) convencionais (Cf. TAPPENDEN, 2016), (2) um novo paradigma para a análise do contexto imperial romano (Cf. CZACHESZ, 2017) ou (3) um enriquecimento e estímulo adicionais para interpelações científico-sociais pré-existentes, tradicionalmente estabelecidas pelos estudiosos da Antiguidade (URO, 2016, p. 31; 40). Seguindo tal lógica, mesmo quando o classicista norueguês Istvan Czachesz desenvolve uma série de teorizações cognitivas aparentemente antiquadas, quando comparadas ao atual “estado da arte” das Ciências Cognitivas (Cf. CZACHESZ, 2014; 2017, p. 122-140; 2018), em sua monografia mais recente ele salienta que sua principal intenção é, apenas, o uso de tais teorias na “busca pela oportunidade de obter novos *insights* acerca do material [histórico]” (CZACHESZ, 2017, p. 2). Similarmente, quando o historiador finlandês Risto Uro reconhece a possível contribuição do uso de técnicas de modelagem e do teste de hipóteses no estudo do Mediterrâneo antigo, ele, não obstante, segue integralmente a tradição das críticas científico-sociais convencionais (Cf. NEYREY, 2010), para as quais a formulação de modelos e conjecturas se limita àquilo que concerne, unicamente, ao recorte especificamente analisado, ou seja à história do Império Romano (URO, 2017, p. 524). Destarte, embora se baseiem em teorias advindas das Ciências Sociais contemporâneas, tais modelos e hipóteses não são formulados na tentativa de elucidar o comportamento social humano em termos gerais (um interesse característico das análises científico-sociais e cognitivas), mas, sim, instigados por um interesse em situar “os significados comunicados pelos textos [antigos] internamente aos seus [...] contextos” (ESLER, 1995, p. 3).

Obviamente, os historiadores cognitivos comumente listados sob esse “tipo ideal” diferem amplamente (entre si) naquilo que diz respeito à profundidade de suas incursões na literatura das Ciências Cognitivas e no quão arrojado é o emprego de suas teorias. No entanto, aquilo que é, manifestadamente, compartilhado por sua totalidade é o fato de que tais autores escrevem com uma certa audiência em mente – a valer, outros estudiosos com interesse na pesquisa histórica – em uma tentativa de demonstrar as possibilidades mais gerais dessas teorizações para a disciplina da História. Aqui, as abordagens das Ciências Cognitivas são frequentemente combinadas não apenas com interpelações científico-sociais, mas também com algumas tendências naturalistas recentes para o estudo das culturas e da própria história humana. Digno de nota, esse é, precisamente, o caso de uma das figuras fundadoras da Historiografia Cognitiva, o historiador norte-americano Luther H. Martin, que desde a década de 1990 vem advogando pela compreensão

das interpelações científico-cognitivas como apenas uma dentre um conjunto de tendências acadêmicas possivelmente capazes de transformar o amplo campo da “História Cultural” em uma empreitada historiográfica progressivamente mais plausível (MARTIN, 1996).⁷

Historiografia Cognitiva como Ciência Cognitiva histórica

Por sua vez, o segundo “tipo ideal” compreende a Historiografia Cognitiva como parte integrante das Ciências Cognitivas, evidenciando a questão de como a investigação de eventos e processos históricos pode contribuir para o nosso entendimento do pensamento e do comportamento humanos, conforme esses são analisados pelo estudo interdisciplinar da mente⁸ humana. Digno de nota, trata-se de uma perspectiva que está ancorada nas implicações mais amplas da chamada “revolução cognitiva” iniciada na década de 1950 como uma revisão substancial da produção do conhecimento (na época) difundido por áreas tais quais a Psicologia, a Linguística e a Ciência da Computação (GARDNER, 2003). Partindo desse desenvolvimento inicial, uma espécie de plataforma colaborativa emergiu entre tais disciplinas, bem como a Filosofia, a Antropologia e as Neurociências, fundamentando-se na compreensão do funcionamento da mente humana como análogo ao de um computador – ou seja, abordando-a conforme um dispositivo de processamento de informações (MILLER, 2003). A valer, não obstante nossa percepção da cognição humana tenha se alterado consideravelmente nos últimos trinta anos (Cf. NEWEN, DE BRUIN, GALLAGHER, 2018), tal princípio colaborativa continua a ser o fio condutor dos estudos científico-cognitivos contemporâneos. Partindo dessa perspectiva, o surgimento da Historiografia Cognitiva pode ser interpretado, simplesmente, como a recente inclusão de mais uma disciplina nesse esforço interdisciplinar: e, desse modo, a Historiografia Cognitiva poderia ser compreendida como a parcela das Ciências Cognitivas responsável pelo estudo da cognição e comportamento humanos a partir das informações indiretamente fornecidas pelas “mentes passadas”.

De acordo com tal entendimento, o trabalho de historiadores cognitivos é produzido com uma audiência de outros cientistas cognitivos em mente, tentando contribuir para o conhecimento mais geral acerca dos mecanismos mentais que impulsionam o pensamento e o comportamento humanos. E tais características fazem com que, em termos globais, essa segunda forma de se

⁷ Conforme mencionamos anteriormente, em seus estudos, Martin considera, adicionalmente, os potenciais da aplicabilidade da Memética, da Sociobiologia, da chamada “História Profunda”, da História Ambiental e da Teoria de Redes (Cf. MARTIN, 1996; 2005a; 2005b; 2012; 2014), operando internamente à “virada científica” na historiografia contemporânea – a tendência de certos autores a reconsiderar ou até mesmo recusar a “virada cultural” pós-estruturalista na escrita da História (BYNUM, 2009, p. 77-78).

⁸ No presente artigo o termo “mente” e seus derivados são utilizados de acordo com sua definição padrão: um conjunto de faculdades cognitivas comumente determinadas a partir dos pensamentos e da consciência de um indivíduo.

conduzir as pesquisas cognitivo-historiográficas seja excepcionalmente rara. Certamente, ao aplicá-las em seus estudos particulares, historiadores (comumente) fornecem um desenvolvimento adicional às teorias científico-cognitivas que adotam e, de fato, isso se dá de tal forma que acaba por enriquecer nossa compreensão dos aspectos mais gerais da cognição e condutas humanas (SLINGERLAND, 2014b, p. 125-127). No entanto, uma vez que os acadêmicos envolvidos em tal empreitada tipicamente escolhem um canal de publicação voltado para outros historiadores, adotando um estilo de escrita que é característico de sua própria disciplina, a relevância de seus *insights* dificilmente alcança o público científico *stricto sensu*. Em tais circunstâncias, o objetivo central desse segundo “tipo ideal” de pesquisa cognitivo-historiográfica tende a, simplesmente, se perder.

Entretanto, quando bem-sucedida, como a Historiografia Cognitiva estabelecida a partir desse segundo modelo poderia contribuir para o estudo científico do pensamento e comportamento humanos? De acordo com o sinólogo canadense Edward Slingerland, ao contrário dos participantes em experimentos psicológicos atuais, o trabalho com “mentes passadas” possui, entre outras vantagens, as seguintes características: (1) elas compõem um conjunto extraordinariamente diverso; (2) existe um número consideravelmente extenso delas; (3) embora indiretamente, acessá-las é relativamente fácil (especialmente porque muitas tradições textuais estão disponíveis em bancos de dados on-line totalmente pesquisáveis); e, devido às suas implicações, talvez o mais importante, (4) na História, não é necessária a consciência e aprovação dos indivíduos-alvo para que eles sejam estudados (SLINGERLAND, 2014b, p. 123). Para além desses quatro pontos, conforme tentaremos demonstrar, pode-se sugerir que, uma vez que os dados advindos das “mentes passadas” comumente envolvem períodos prolongados de tempo, eles também são uma fonte única de *insights* a respeito dos processos envolvidos na transmissão cultural de longo prazo. E, na prática, tal constatação pode representar a principal contribuição da Historiografia Cognitiva para as Ciências Cognitivas.

Experimentando com as “mentes passadas”

As duas primeiras vantagens do trabalho com “mentes passadas”, conforme o referenciado por Slingerland, enfatizam seu número e diversidade. Trata-se de um tópico de extrema importância para a incorporação da pesquisa cognitivo-historiográfica acerca das culturas no estudo científico-cognitivo das dinâmicas culturais, particularmente quando esse último opera internamente à estrutura de seu subcampo mais influente: a Ciência Cognitiva da Religião. Fortemente influenciada

pela Psicologia Evolucionista⁹, a Ciência Cognitiva da Religião baseia-se na noção de “mente paleolítica” (Cf. COSMIDES, TOOBY, 1997, p. 12), ou seja, a concepção segundo a qual o chamado “período histórico”, abrangendo os últimos milhares de anos, é demasiadamente curto para ter presenciado qualquer evolução de novas adaptações relevantes na mente humana, as quais poderiam ter sobrepulado o aparelho mental que (em tese) continuamos a possuir, e que é o resultado de milhões de anos de vivência de nossa espécie em pequenos grupos caçadores-coletores (COSMIDES, TOOBY, BARKOW, 1992, p. 5)¹⁰. Logo, as constatações empíricas relativas ao funcionamento geral da mente humana realizadas a partir da análise de contextos culturais específicos deveriam, supostamente, ser replicáveis em qualquer outra conjuntura cultural ao longo desses “últimos milhares de anos”. No entanto, a busca pela comprovação de tal argumento ainda carece de uma atenção acadêmica adequada. Conforme o enfatizado pelo antropólogo Joseph Henrich e seus colaboradores, aludindo ao chamado “problema WEIRD”, a grande maioria dos “experimentos científicos” psicológico-comportamentais é limitada pelo fato de que eles, simplesmente, não foram testados de maneira transcultural. Em vez disso, a maior parte dessas experimentações psicológicas foi conduzida unicamente em pequenas amostras de participantes provenientes de sociedades ocidentais (= W), educadas/letradas (= E), industrializadas (= I), ricas/desenvolvidas (= R) e democráticas (=D), valendo-se, muitas vezes, de calouros dos cursos de graduação em Psicologia – ou seja, de um grupo muito específico de seres humanos, o qual está longe de ser um bom representativo para os últimos milhares de anos de nossa espécie, em termos gerais (HENRICH, HEINE, NORENZAYAN, 2010).

Por conseguinte, não é de se espantar que os pioneiros da Ciência Cognitiva da Religião estivessem, desde a emergência da disciplina, conscientes de tal problema. Destarte, alguns dos primeiros experimentos do campo – voltados para o exame de hipóteses acerca da memorabilidade de conceitos “minimamente contraintuitivos”¹¹ – realizados pelos antropólogos Pascal Boyer e Charles Ramble, foram reproduzidos em três contextos culturais distintos: entre estudantes franceses da cidade de Lion, cidadãos comuns de Libreville, capital do Gabão, e monges tibetanos de Kathmandu, no Nepal (BOYER, RAMBLE, 2001). Todavia, o “problema WEIRD”,

⁹ Abordagem teórica para as Ciências Sociais e Naturais que examina a estrutura psicológica humana desde uma perspectiva evolucionista moderna.

¹⁰ Digno de nota, a Psicologia Evolucionista, desde sua origem, percorreu um longo trajeto de desenvolvimento e reinterpretação. No entanto, os conceitos apresentados neste volume introdutório continuam a exercer uma influência considerável em muitas das áreas sob a presença do discurso psicológico-evolucionista (Cf. CONFER et al., 2010, para uma perspectiva mais geral do atual “estado da arte” do campo).

¹¹ Conceitos que violam uma quantidade significativa, porém mínima, de expectativas categóricas ontológicas (SILVA, SANTOS, 2017a, p. 99).

logicamente, não se limita unicamente ao etnocentrismo ocidental das pesquisas contemporâneas, mas se entende, também, ao seu inerente presentismo e ao anacronismo de suas universalizações. Conforme o sugerido por Slingerland e outros historiadores, tudo indica que o estudo das “mentes passadas” é a única maneira de se superar tal adversidade. Portanto, para os casos nos quais possuímos à nossa disposição evidências substanciais a respeito de uma população de indivíduos históricos, suas condutas e concepções (por exemplo, sob a forma de um *corpus* textual específico), a Historiografia Cognitiva recomendaria que não hesitemos em usá-las para o teste de hipóteses, adequadamente realizado de uma maneira análoga à condução de um experimento – e isso pode representar uma contribuição valiosa para a pesquisa psicológica contemporânea, a qual (conforme o mencionado) é refém de seu etnocentrismo e presentismo característicos.

Por exemplo, em algumas de suas obras, o historiador da religião Anders Lisdorf, o psicólogo Maciej Chudek e (o supramencionado) Edward Slingerland decidiram por seguir esse tipo de trajetória de pesquisa, valendo-se do material advindo dos períodos de sua particular perícia histórica para a condução de um tipo específico de estudo, projetado com acadêmicos da Psicologia como público-alvo. Como forma de atingir seu objetivo, tais autores precisaram codificar seus dados e analisá-los por meio de métodos quantitativos que fossem compreendidos pela comunidade acadêmico-psicológica. Nisso, partindo da análise quantitativa de um amplo *corpus* de relatos prodigiosos (profecias negativas) procedentes da República Romana, o principal estudo de Lisdorf foi desenhado para examinar a hipótese da melhor memorização das (recém-mencionadas) representações “minimamente contraintuitivas” quando comparada com a memorização de conceitos amplamente incomuns (LISDORF, 2004). E o resultado de tal estudo foi publicado no conceituado *Journal of Cognition and Culture*, o qual geralmente se limita à publicação de análises experimentais baseadas em sociedades contemporâneas (não em populações antigas). Seguindo essa mesma lógica, Edward Slingerland, que, por formação, é um especialista no campo da “religião” e filosofia chinesas antigas, e Maciej Chudek analisaram quantitativamente um *corpus* digitalizado de textos oriundos da China Imperial pré-dinástica (antes de 221 a.C.) com o objetivo de testar uma hipótese, anteriormente proposta pelo psicólogo desenvolvimentista Paul Bloom (Cf. BLOOM, 2004), relativa à suposta intuitividade do dualismo mente-corpo (SLINGERLAND, CHUDEK, 2011). Ao contrário das opiniões amplamente difundidas a respeito do chamado “holismo chinês” (frequentemente compreendidas como uma evidência contrária à hipótese de Bloom), Slingerland e Chudek descobriram que, durante o período estudado, é possível observarmos um desvio progressivo no significado do termo crucial sob escrutínio, 心

(coração/coração-mente), o qual passou a ser progressivamente utilizado em contraste com 形/身 / 體 (corpo), tornando-se moderadamente associado àquilo que hoje compreendemos como nossas funções cognitivas superiores. Para os autores, tal tendência pode ser elucidada como resultante de um viés dualista emergindo, ao longo do tempo, no contexto cultural estudado, o que representaria um suporte diacrônico valioso para a hipótese psicológica mais geral desenvolvida por Bloom (SLINGERLAND, 2014a; SLINGERLAND et al., 2017).

Ambos esses exemplos são demonstrativos de um modelo característico através do qual historiadores podem ingressar no campo das Ciências Cognitivas de acordo com um paradigma análogo ao experimental.¹² Em tais estudos, as conclusões de seus autores foram possibilitadas graças ao interesse desses historiadores em hipóteses gerais referentes à cognição e condutas humanas, bem como pela adoção de métodos quantitativos. Entretanto, é altamente provável que o primeiro recurso (o interesse em hipóteses gerais) seja substancialmente mais crucial do que o segundo, pois muitos estudos históricos quantitativos não possuem relevância alguma quando compreendidos por meio da óptica das pesquisas mais generalistas acerca do pensamento e comportamento humanos. Com isso em mente, pode-se argumentar que, mesmo quando historiadores não se veem capazes de testar quantitativamente as hipóteses científico-cognitivas pertinentes, a formulação de suas questões de pesquisa de acordo com *insights* fornecidos por tais hipóteses mais gerais, na tentativa de, adicionalmente, explorá-las ou elaborá-las em relação aos dados históricos disponíveis, pode, não obstante, resultar em uma contribuição valiosa para as Ciências Cognitivas.

Outrossim, em relação ao uso de metodologias quantitativas, quando possível, não parece ser estritamente necessário que historiadores obtenham um entendimento avançado acerca de tais métodos. De acordo com Slingerland, uma estratégia muito mais frutífera se encontra na cooperação com especialistas de outras disciplinas, por meio da formação de equipes acadêmicas interdisciplinares (SLINGERLAND, 2014b, p. 128-129). Nesse tipo de contexto, aquilo que pode fazer com que historiadores se tornem colaboradores especialmente valiosos, aos olhos dos demais cientistas cognitivos, é a sua possibilidade de acesso especializado a uma extensa amostragem de

¹² Ambos os exemplos mencionados fazem parte daquilo que é comumente chamado de análise textual quantitativa, um método que, *stricto sensu*, não equivale a um experimento empírico, compondo apenas um esforço quantitativo para o teste de hipóteses. Também conhecidas como técnicas de “leitura distanciada”, metodologias como essas, lidando quantitativamente com textos digitalizados, já são amplamente utilizadas pelos Estudos Literários, especialmente para fins de otimização da visualização e processamento de um número extenso de dados textuais (Cf. MORETTI, 2013; CAO, CUI, 2016). No entanto, conforme esses e outros estudos recentes vêm demonstrando, tais métodos também podem ser usados para o trato de hipóteses científico-cognitivas a partir de materiais históricos específicos.

dados, capaz de ser considerada como representativa de toda uma população de “mentes passadas”. Adicionalmente, caso as informações referentes a essas “mentes passadas”, conforme seu exame por meio da perícia de historiadores profissionais, cubram um longo período de tempo, o apelo de estudiosos do passado, dentre os demais especialistas envolvidos nas Ciências Cognitivas, acabaria por se tornar ainda maior, uma vez que esses possuiriam, então, um acesso privilegiado a dados relativos a processos culturais de longo prazo, os quais dificilmente são disponibilizados pelo trabalho de psicólogos ou antropólogos.

O estudo antropológico das dinâmicas culturais

A transmissão cultural é um tópico amplamente estudado por diversas disciplinas contemporâneas, especialmente pela Antropologia. Digno de nota, a maioria das figuras fundadoras do estudo científico-cognitivo das culturas eram, originariamente, antropólogos cujo interesse se localizava, exatamente, em tal temática. Tais autores, tipicamente, iniciaram suas carreiras acadêmicas com a publicação de leituras interpretativas de descobertas obtidas em trabalhos de campo realizados entre sociedades tribais (por exemplo, Boyer viveu com populações do grupo étnico *Fang*, no Gabão, Camarões e Guiné Equatorial e o cognitivista britânico Harvey Whitehouse estudou o movimento *Pomio Kivung* o qual operava em Papua-Nova Guiné). Boyer, que anteriormente havia se interessado pela estabilidade das tradições em culturas orais, começou a considerar em seus estudos uma série de descobertas oriundas da Psicologia Cognitiva, relativas ao funcionamento da memória humana (BOYER, 1990). Posteriormente, ele direcionou sua atenção para a maneira pela qual os seres humanos aprendem novos conceitos. Baseando-se primariamente na literatura teórica advinda da Psicologia do Desenvolvimento, Boyer ulteriormente estabeleceu uma distinção teórica entre quatro tipos de representações mentais culturalmente difundidas, cujas diferentes funções ele procurou ilustrar valendo-se do material originariamente produzido em sua pesquisa de campo (BOYER, 1992).¹³ Paralelamente, o trabalho de Harvey Whitehouse também foi severamente influenciado pela literatura psicológica, particularmente a respeito da mesma temática da memória humana. Tal constatação já é evidente, por exemplo, em seu primeiro artigo, o qual contém os contornos mais grosseiros daquilo que

¹³ Boyer estabeleceu diferenças entre repertórios *ontológicos* (representações consistindo de suposições elementares acerca daquilo que existe no mundo), repertórios *causais* (representações referentes às conexões causais entre entidades e eventos), repertórios *episódicos* (representações relativas a uma certa variedade de tipos de eventos, tipicamente associados a atividades culturais específicas) e repertórios de *papéis sociais* (representações que atribuem propriedades especiais a indivíduos específicos) nas representações mentais que analisou (BOYER, 1992, p. 35-36). Segundo o autor, o estudo de todos esses quatro conjuntos de repertórios é crucial para a elucidação das concepções coletivamente compartilhadas. No entanto, em sua obra posterior, Boyer acabou por se concentrar, essencialmente, no primeiro dentre esses conjuntos.

(mais tarde) se tornaria conhecido como a teoria dos “modos divergentes de religiosidade” (WHITEHOUSE, 1992; Cf. WHITEHOUSE, 1995; 2000; 2004). Nesse texto, Whitehouse elaborou a hipótese de que a ocorrência de dois tipos divergentes de dinâmica ritual (os quais ele havia documentado em dois agrupamentos religiosos distintos de Papua-Nova Guiné) seria suscitada pela repetição de práticas rituais que se fundamentavam em dois tipos diferentes de estruturas de memória: “os diferentes tipos de ‘experiências religiosas’ disponíveis para os *Kivung* e para os *Baktaman* são o resultado de princípios divergentes de codificação, os quais, por sua vez, representam adaptações a diferentes demandas mnemônicas” (WHITEHOUSE, 1992, p. 792).

A terceira (e mais notável) figura com formação antropológica a exercer uma forte influência na constituição de uma ciência cognitiva das dinâmicas culturais foi o cientista social e cognitivo francês Dan Sperber. Para o autor, explicar as culturas significa ser capaz de responder ao questionamento de “por que e como algumas representações mentais serem contagiosas” (SPERBER, 1996, p. 1), o que implica em demonstrar como sua disseminação é o resultado de mecanismos cognitivos relativamente gerais atuando em situações específicas nas mentes individuais (SPERBER, 1996, p. 41). Como forma de compreender melhor tais processos, Sperber introduziu o (já discutido) modelo da “epidemiologia das representações”. Partindo de uma analogia médica, em um de seus textos introdutórios ele enfatiza que “[o que] a Patologia é para a epidemiologia das doenças, a Psicologia dos processos de pensamento é para a ‘epidemiologia das representações’” (SPERBER, 1996, p. 59). Logo, de acordo com Sperber, “uma ‘epidemiologia das representações’ não estuda [de fato] as representações, mas as suas distribuições – e, portanto, todas as modificações ambientais causalmente envolvidas nessas distribuições” (SPERBER, 1996, p. 75).¹⁴

O que (aqui) talvez mereça ser enfatizado é a lógica subjacente a esse tipo de pesquisa. Inicialmente, tais antropólogos estavam habituados à realização de trabalhos de campo, dos quais se afastaram para poder interpretar os dados neles coletados na tentativa de contribuir para uma discussão teórica mais ampla. Trata-se de uma prática que, tradicionalmente, era deveras comum em sua disciplina. Entretanto, é notável que tal interesse em tópicos mais gerais é particularmente raro de ser observado em estudos históricos – ou, pelo menos, é muito esporadicamente explicitado na escrita da História. Aparentemente, a tendência da disciplina indica que historiadores estão

¹⁴ As duas outras figuras fundadoras, associadas ao surgimento do estudo científico-cognitivo das dinâmicas culturais, o historiador da religião E. Thomas Lawson e o filósofo Robert N. McCauley, só se voltaram para a questão da transmissão cultural em seu segundo livro, no qual, baseando-se extensivamente no modelo epidemiológico de Sperber, elaboraram a chamada “teoria da competência ritual” (MCCAULEY, LAWSON, 2002, p. 39-45).

acostumados a permanecer em seu campo originário durante, praticamente, toda a sua carreira, ao mesmo tempo em que direcionam suas análises principalmente para outros estudiosos do passado que, por sua vez, realizam pesquisas em uma mesma área. A Historiografia Cognitiva vista como parte das Ciências Cognitivas visa alterar tal cenário significativamente, buscando interpretar os achados dos estudos históricos (também) como descobertas científico-cognitivas.

A ascensão do experimentalismo

Partindo desse quadro, durante a década de 1990, liderados por Boyer, a crescente geração de estudiosos da cultura operando inteiramente ao emergente subcampo da Ciência Cognitiva da Religião começou a marginalizar seu interesse anterior em questões relativas às dinâmicas culturais. E o principal motor para o estabelecimento de tal cenário foi a decisão, por tais pesquisadores, de conciliar a abordagem cognitiva para o estudo das crenças e práticas religiosas com os métodos psicológico-experimentais. Valendo-se de tal lógica, Boyer, progressivamente, passou a rejeitar as metodologias tradicionais da Antropologia, pois essas seriam insuficientes para a resolução de questionamentos empírico-psicológicos acerca dos processos culturais (BOYER, 1993, p. 6-7). Como resultado, durante a década seguinte, o estudo cognitivo das culturas, em termos gerais, e a Ciência Cognitiva da Religião, em particular, integrou-se efetivamente ao campo da Psicologia Experimental, o qual já havia começado a se transformar de acordo com seus próprios propósitos – isto é, como forma de lidar melhor com questões associadas à diversidade cultural e demais tópicos relacionados à validade ecológica de seus resultados (como no caso de evidenciar a gravidade do “problema WEIRD”). Simultaneamente, no entanto, essa reviravolta resultou no ofuscamento empírico da quase totalidade dos *insights* teóricos relativos ao estudo da transmissão cultural (centrais para o emergente campo da Historiografia Cognitiva e para a temática da dinâmica cultural), uma vez que (na época) não parecia ser possível objetiva-los em projetos experimentais.

Subsequentemente, um cenário acadêmico paradoxal acabou por se estabelecer, com vários estudiosos de orientação psicológico-experimental continuando a se referir extensivamente, nas partes teóricas de seus trabalhos, aos modelos anteriores, os quais lidavam com processos culturais de longo prazo (Cf. SØRENSEN, 2004), enquanto, ao mesmo tempo, não sugeriam como, ou simplesmente evitavam, analisar tais questões empiricamente. Internamente a esse contexto, quando o historiador dinamarquês Jesper Sørensen coloca em dúvidas se “eventos históricos particulares podem servir como circunstâncias evidenciais para predições realizadas por teorias sociais e/ou cognitivas” (SØRENSEN, 2014, p. 185), ele também considera válido enfatizar que:

Trata-se de algo mais complicado do que parece, pois não está claro como o material histórico pode testar hipóteses específicas, em vez da mera adequação e, em última análise, relevância de sua *aplicação* em um registro histórico em particular. De fato, tais esforços, geralmente, acabam utilizando casos históricos apenas como ilustrações (mais ou menos) bem fundamentadas de determinadas reivindicações teóricas. Dessa forma, casos históricos são mais propensos a funcionar como uma indicação da produtividade ou possibilidade de uma construção teórica específica, em vez de um teste minucioso. O teste rigoroso de hipóteses particulares é (sempre) melhor realizado em um ambiente laboratorial ou, talvez, em “condições experimentais naturais”, nos trabalhos de campo com sociedades vivas. (SØRENSEN, 2014, p. 186-187)

É difícil entender como Sørensen conceberia um modelo para o teste experimental, tanto laboratorial quanto natural, de hipóteses acerca de processos culturais de longo prazo, assim como a maneira pela qual tal dinâmica poderia ser estudada limitando-nos, apenas, à análise de “sociedades vivas”. Efetivamente, se, por exemplo, nosso objetivo for o teste de hipóteses relativas ao modelo epidemiológico de Sperber, as metodologias psicológico-experimentais, conforme sua condução em “sociedades vivas”, seriam, ao que tudo indica, insuficientes, independentemente das condições nas quais forem aplicadas – pois, em termos epidemiológicos, o impacto de alguns mecanismos cognitivos relevantes para os processos de transmissão cultural, só tende a ser revelado quando analisados a partir do nível de difusão transgeracional. Parece-nos que, restringir nossa consideração daquilo que seria uma metodologia científica adequada, meramente, aos ideais experimentalistas implicaria em uma compreensão extremamente limitada do que é o empenho científico-acadêmico. De qualquer forma, (aqui) o maior problema, muito provavelmente, reside na insuficiência de métodos específicos, em vez de teorizações particulares. Assim, a questão que necessita ser respondida é: quais dentre as alternativas metodológicas existentes aos ideais experimentalistas seriam-nos úteis para abordarmos científico-cognitivamente a temática dos processos culturais de longo prazo?

Recapitulemos (primeiro) que um dos maiores impulsos para o surgimento do próprio estudo cognitivo das culturas, partindo da Antropologia, foi o interesse pela dinâmica cultural, uma temática que, habitualmente, ocupa posição central no trabalho de historiadores (MARTIN, 2012, p. 167), mas que aparenta representar um conjunto muito restrito de questões quando confrontada pelas ambições da Psicologia Experimental. De fato, sob tal ponto de vista, a escrita da História parece estar (muito) mais próxima da prática antropológica do que de sua correspondente psicológica. Porém, conforme aludimos anteriormente, o subsequente desenvolvimento e ascensão do, cada vez mais popular, subcampo da Ciência Cognitiva da Religião, está intimamente relacionado ao desdobramento (justamente) de uma ramificação experimental da Psicologia

Evolucionista (Cf. COSMIDES, TOOBY, BARKOW, 1992) – uma conjuntura que sinalizou uma importante mudança “paradigmática” na ciência cognitiva das dinâmicas culturais e, por conseguinte, afetou a principal inspiração teórica da agenda de pesquisa cognitivo-historiográfica. Desde a sua criação, o quadro teórico-metodológico psicológico-evolucionista enfatizou a importância do estudo das adaptações biológicas como forma de obtermos um melhor entendimento de questões que eram, tradicionalmente, consideradas exclusivamente culturais. De acordo com algumas informações já mencionadas no presente texto, internamente ao “paradigma orientador” subjacente à Psicologia Evolucionista, encontra-se a ideia de que o cérebro humano, enquanto infraestrutura biológica, e a mente humana, como sua função, conservam-se virtualmente inalterados desde (pelo menos) o final do Paleolítico¹⁵, ou seja, ambos permanecem compostos por um conjunto característico de módulos funcionais, os quais, por sua vez, são o resultado de adaptações biológicas pré-estabelecidas em um passado distante (Cf. COSMIDES, TOOBY, BARKOW, 1992, p. 5). Destarte, o trabalho de psicólogos evolucionistas concentra-se, primariamente, em um longínquo recorte do trajeto evolutivo de nossa espécie, na tentativa de elucidar os processos e condições que levaram a seleção natural, atuando sobre os seres humanos, a trilhar o caminho específico que (teoricamente) “moldou” as bases de nossas crenças e comportamentos atuais.

A coerência dessa intrincada concepção – a qual pode ser sintetizada na, anteriormente referida, alegação teórica de que os índios contemporâneos possuem, intrinsecamente, “um aparelho mental da Idade da Pedra” – é, essencialmente, o único pressuposto a garantir qualquer plausibilidade para a especulação acerca de experimentos psicológicos baseados em dados indiretamente obtidos das “mentes passadas” por meio da análise de artefatos historicamente preservados. No entanto, a despeito de seu status incontroverso na Psicologia Evolucionista, em algumas subáreas das próprias Ciências Cognitivas, tal noção vem (desde sua concepção) enfrentando forte resistência. Nesse cenário, um exemplo particularmente relevante foi inspirado pelo desenvolvimento da Arqueologia Cognitiva, um ramo do campo arqueológico cujo surgimento data da década de 1980, particularmente a partir das pesquisas do arqueólogo e linguista britânico Colin Renfrew (Cf. RENFREW, ZUBROW, 1994), e que foi concebido como resposta

¹⁵ Período da pré-história humana que se estende desde a mais antiga utilização conhecida de ferramentas de pedra por hominídeos – aproximadamente, 3,3 milhões de anos atrás – até o final do Pleistoceno – aproximadamente, 11.650 anos AP (Cf. TOTH, SCHICK, 2007).

a uma interpretação específica da Arqueologia Processual¹⁶ que (na época) instigava um movimento de resignação acadêmica de quaisquer ambições científico-empíricas para o estudo do passado (MITHEN, 2000, p. 122-124). No início da década seguinte, após entrar em contato com inúmeros resultados advindos da pesquisa cognitivo-arqueológica acerca da mente humana, o psicólogo, e neurocientista canadense Merlin Donald elaborou uma inovadora e influente teoria a respeito da relação entre a fala, a memória e artefatos simbólico-materiais humanos (Cf. DONALD, 1991), na qual, todavia, segundo alguns de seus críticos, ele sobrevalorizou a relevância da linguagem e restringiu desproporcionalmente a influência da cultura material no desenvolvimento mental de nossa espécie (HAVELKA, 2008). Ainda assim, sua elaboração teórica introduziu às Ciências Cognitivas um conceito arqueológico fundamental, as formas de “armazenamento simbólico externo”, as quais podem ser concebidas como os vários artefatos da cultura material passíveis de serem examinados científico-cognitivamente pela Arqueologia. Nisso, em 1996, dando um desenvolvimento posterior às ideias de Merlin Donald, o arqueólogo britânico Steven Mithen, em seu livro *A pré-história da mente*, acabou por entrar em um debate direto com a Psicologia Evolucionista ao expor a tese de que a origem da mente humana “anatomicamente moderna” deveria ser compreendida de acordo com um processo progressivamente expansível de “fluidez cognitiva”, no qual o desenvolvimento do potencial de cooperação entre módulos cognitivamente distintos (internos ao aparelho mental de nossa espécie) teria sido complementado pelo surgimento do pensamento simbólico (MITHEN, 2002). Logo, de acordo com o autor “nesse aspecto, a cultura material desempenha um papel ativo [e contínuo] na formulação do pensamento e na transmissão das ideias, não sendo, meramente, um reflexo passivo de tais processos” (MITHEN, 2000, p. 123). Em maiores detalhes, Mithen conjecturou que, durante o Paleolítico, o funcionamento de nossas mentes passou por uma transformação primordial. Em sua opinião, originalmente, o aparelho mental humano possuía uma organização modular, com cada módulo tendo se desenvolvido para lidar com domínios específicos da vivência de nossa espécie – exatamente como o teorizado pela primeira geração de psicólogos evolucionistas, trabalhando com modelos mentais “massivamente modulares” – entretanto, em paralelo com o avanço da cultura material, a mente humana teria sofrido algo como uma “integração cognitiva”. Mithen conclui, então, que tal processo, em prosseguimento contínuo, poderia ser acompanhado por meio de

¹⁶ Um conjunto de perspectivas para a teoria arqueológica que alega ser possível, por meio do uso rigoroso do método científico, transpor os limites do registro arqueológico e elucidar satisfatoriamente informações valiosas acerca de como os indivíduos que utilizavam tais artefatos viviam.

metodologias arqueológicas, especialmente através da análise comparada de artefatos materiais pré-históricos e as constantes transformações em seus métodos de produção.¹⁷

Talvez ainda mais diretamente, a noção psicológico-evolucionista de “um aparelho mental da Idade da Pedra” historicamente estável é desafiada pelo conceito de “história genética” dos antropólogos americanos Gregory Cochran e Henry Harpending (COCHRAN, HARPENDING, 2009). Em seus estudos, Cochran e Harpending se focaram nas transformações que poderiam ter ocorrido no fundo genético¹⁸ humano durante o, relativamente curto, período dos últimos 10.000 anos, assim como quais influências tais alterações possivelmente causaram na cognição e comportamento humanos. Valendo-se de métodos estatísticos advindos da Genética Populacional, ambos defendem a tese de que uma leitura adequada das contingências presentes nesse recorte temporal moderadamente reduzido é o suficiente para que possamos constatar o estabelecimento recente de modificações fundamentais no fundo gênico de nossa espécie. Nesse sentido, a velocidade e a orientação de tais alterações genéticas, muito provavelmente, foram influenciadas por transformações ambientais e pela emergência de um novo modelo de vivência humana que, nos últimos milênios, perseverou e se potencializou internamente ao contexto da explosão populacional e desenvolvimento das grandes civilizações urbanas. Logo, contrapondo-se à grande maioria dos psicólogos evolucionistas, os estudos de Cochran e Harpending não estão apenas preocupados com a maneira pela qual a seleção natural, atuando no passado distante de nossa espécie, teria propiciado o afloramento de práticas complexas mais recentes, tais como a agricultura, mas, particularmente, “como as pressões de um novo estilo de vida, tal como o agrícola, possibilitaram que transformações significativas na composição genética das populações humanas se estabelecessem e se disseminassem”(COCHRAN, HARPENDING, 2009, p. x). Ao passo que a Psicologia Evolucionista, em suas estimativas mais conservadoras, geralmente trata as últimas três ou quatro dezenas de milhares de anos como um período relativamente estável e geneticamente insignificante para que qualquer nova adaptação mental tenha ocorrido nos seres humanos, a abordagem da “história genética” busca demonstrar como, nesses últimos poucos milênios, impactos acentuados em nosso fundo genético – e, em última instância, na configuração de nossas

¹⁷ A despeito de suas contribuições não serem uma unanimidade entre a comunidade acadêmica, o exemplo da Arqueologia Cognitiva representa um caso raro de “círculo virtuoso” entre o estudo do passado e as Ciências Cognitivas – um no qual as conclusões advindas da disciplina arqueológica contribuíram para a elaboração de hipóteses científico-cognitivas que, por sua vez, forneceram poderosos *insights* para o, subsequente, desenvolvimento da própria disciplina arqueológica. Trata-se de um processo também almejado por alguns defensores de uma agenda de pesquisa cognitivo-historiográfica “devidamente interdisciplinar” (Cf. SHRON, 2019).

¹⁸ O conjunto de todos os genes ou informações genéticas em uma população – normalmente naquilo que tange a uma espécie específica.

adaptações mentais – transformaram radicalmente o modo de vida dos indivíduos de nossa espécie. Obviamente, caso ratificadas, tais descobertas podem ser cruciais para a Historiografia Cognitiva, pois tão igualmente dúbio quanto interromper a evolução biológica humana em tempos pré-históricos excessivamente remotos – conforme é, frequentemente, certificado por psicólogos evolucionistas – é estabelecer o recorte temporal inicial para escrita da História no sentido tradicional do termo, ou seja, com base em uma problemática periodização que reflete a (suposta) superioridade das fontes escritas.¹⁹

Diante de tais constatações, partindo desse panorama reconfigurado, enriquecido com *insights* advindos de uma perspectiva cognitivo-evolucionista consideravelmente estendida, alguns questionamentos a respeito da relação entre a Historiografia Cognitiva e a evolução dos seres humanos poderiam, então, ser reconsiderados positivamente. Por exemplo, inspirado por tais possibilidades, o historiador das religiões Gabriel Levy tentou elucidar o surgimento de um controverso fenômeno conhecido como “inteligência asquenaze”, que alegadamente revela que, em testes de habilidades verbais e argumentativas, indivíduos asquenazim²⁰ tendem a alcançar uma média de resultados mais alta do que a do restante da população ocidental (LEVY, 2014a; Cf. 2014b). Além das tradicionais explanações culturais e históricas, uma possível explicação alternativa para tal fato, a qual Levy insinua cautelosamente, parte da observação de que as comunidades asquenazim foram expostas a um isolamento cultural expressivo desde, pelo menos, a Antiguidade tardia – o que, partindo do ponto de vista da Biologia Populacional, poderia ter levado a consequências semelhantes àsquelas verificadas após o isolamento geográfico de uma determinada população – e isso teria, presumivelmente, acelerando o processo de variação genética interna aos seus agrupamentos. Em outros termos, segundo o autor, as tradições particulares do judaísmo rabínico asquenaze teriam configurado uma espécie de nicho cultural característico, que valorizava acentuadamente a educação literária e a alfabetização de seus integrantes, e, historicamente, tal nicho teria impellido uma reprodução populacional empreendida em condições relativamente

¹⁹ Trata-se de uma constatação amplamente reconhecida pelos estudiosos do passado histórico. De fato, nesse aspecto, o historiador americano Daniel Lord Smail chama a atenção para o fato de que, quando a concepção do início de um “tempo sagrado no paraíso bíblico” foi amplamente abandonada no decorrer do século XIX, em vez de estender seu interesse à pré-história (ou “história profunda”), a grande maioria dos historiadores optou por reduzir sua abrangência acadêmica apenas aos últimos milênios, com referência às relíquias literárias historicamente preservadas – e que passaram, então, a representar o domínio primário da História. Nas palavras de Smail, “[...] o ‘sagrado’ foi habilmente traduzido em uma linguagem secular: o Jardim do Éden se tornou os campos irrigados da Mesopotâmia e a criação do homem foi reconfigurada como a narrativa da ascensão da civilização” (SMAIL, 2008, p. 4). Consequentemente, as esferas de competência do estudo acadêmico (ocidental) do passado foram divididas entre arqueólogos, concentrando-se nas chamadas culturas pré-literárias, e historiadores, com seus materiais-alvo sob a forma de textos.

²⁰ Uma população da diáspora judaica que originalmente se reuniu nas áreas compreendidas pelo território do Sacro Império Romano-Germânico em torno do final do primeiro milênio d.C.

isoladas, as quais, por sua vez, podem ter favorecido a predominância de indivíduos com maior aptidão para habilidades verbais e argumentativas. Com isso em mente, Levy indaga:

Em que medida o imperativo cultural pela educação infantil – notavelmente a instrução, desde uma idade muito precoce (antes da puberdade), almejando o domínio de uma segunda língua que, na maioria dos casos, dependia do aprendizado de um alfabeto estrangeiro – poderia gerar um efeito biocultural persistente? (LEVY, 2014a, p. 39)

Nesse sentido, mesmo sem conseguir desenvolver uma solução clara para a sua pergunta, o autor conclui que “a população asquenaze fornece um interessante caso de teste para entendermos melhor a relação entre cognição humana [em termos gerais] e as ‘mentes passadas’” (LEVY, 2014a, p. 40). Em poucas palavras, Levy acredita que as abordagens científico-cognitivas contemporâneas para as dinâmicas culturais, crenças e comportamentos individuais superestimam a causalidade ascendente (indo dos níveis mais baixos de disposição humana para os mais altos) – ou seja, partindo de nossa (suposta) psicologia inata até os agrupamentos culturais. Portanto, o principal objetivo da elaboração de seu argumento está em tentar fornecer “os elementos de uma explicação [teoricamente] plausível para formas descendentes de causação que, ao mesmo tempo, faça justiça à nossa biologia e cognição” (LEVY, 2014a, p.40). Em suma, a obra pioneira de Levy demonstra, de uma maneira (provavelmente) extrema, mas ilustrativa e didática, a plausibilidade da inversão da relação entre teorizações evolucionistas e o estudo de processos históricos específicos, destacando a vital importância das contingências ambientais e da variação diacrônica na elucidação de determinados fenômenos humanos complexos – as quais, simplesmente, não podem ser satisfatoriamente abordadas pelos métodos empregados por uma agenda psicológico-experimentalista – e, assim, oportunamente abre-nos o caminho para uma nova perspectiva para o estudo histórico e científico-cognitivo das culturas.

A alternativa da modelagem computacional

Nesse enquadramento, com o passar dos primeiros anos da segunda década do atual milênio, as limitações dos experimentos psicológicos para o estudo científico-cognitivo das culturas, em termos gerais, e o estudo das crenças e comportamentos religiosos, em particular, tornaram-se plenamente reconhecidas por um grande número de pesquisadores. Em 2012, Edward Slingerland e o estudioso das religiões Joseph Bulbulia publicaram no periódico acadêmico *Numen* um artigo com o ostensivo título “*Religious Studies as a Life Science*” (BULBULIA, SLINGERLAND, 2012). Nele os autores advogam por uma maior integração dos estudos das concepções e práticas religiosas com as chamadas “ciências da vida”, entre as quais podemos listar as Ciências Cognitivas,

a Neurociência Social e Afetiva, a Ecologia Comportamental, a Psicologia Evolucionista e o estudo das dinâmicas evolutivas. Em sua exposição, Slingerland e Bulbulia alegam que a Ciência Cognitiva da Religião necessita se desassociar do, excessivamente estreito, discurso psicológico-experimental e, então, se transportar para um quadro teórico-metodológico mais amplo, conforme o composto pelo cenário interdisciplinar estabelecido entre as demais disciplinas das “ciências da vida”. Ao mesmo tempo, os autores enfatizam que essa (nova) perspectiva naturalista para o trato das religiões não pretende promover um abandono sistemático da *expertise* apresentada pelos especialistas das Ciências Humanas e Sociais, os quais tradicionalmente caracterizam a disciplina e grande parte do estudo acadêmico das culturas. Pelo contrário, aqui e em vários outros artigos (Cf. SLINGERLAND, 2008), esses e um grupo de demais autores atuando na interseção entre as Humanidades e as Ciências Naturais, argumentam que:

Quando se trata do estudo científico-acadêmico de fenômenos observados ao nível dos indivíduos humanos, estudiosos com a erudição fornecida pelas Ciências Humanas e Sociais necessitam estar no primeiro plano da elaboração de infraestruturas teóricas e *designs* experimentais, e nunca considerados como, meramente, provedores passivos de dados histórico-culturais. (SLINGERLAND, BULBULIA, 2011, p. 323)

Com tais considerações em mente, podemos nos questionar: que critérios, então, devem ser satisfeitos por uma Historiografia Cognitiva que almeja ser parte integrante das Ciências Cognitivas para que ela possa ser considerada como um segmento do discurso interdisciplinar das “ciências da vida”? Logicamente, tudo indica que isso não significa renunciar aos métodos, teorias e questões tradicionais das Humanidades, compondo uma nova escrita da História que seja limitada e circunscrita por metodologias, teorizações e demandas derivadas da Psicologia Experimental. Muito pelo contrário, (conforme já foi aludido anteriormente) aquilo que aparenta ser vital para o alcance de tal objetivo é o esforço pelo direcionamento da lógica de pesquisa historiográfica para que ela se torne orientada por hipóteses (BULBULIA, SLINGERLAND, 2012, p. 567-568; Cf. BULBULIA, WILSON, SIBLEY, 2014). Logicamente, é possível atingir tal meta por meio de muitas maneiras distintas, as quais divergem da adoção de métodos experimentais ou laboratoriais. No entanto, parece que tal conclusão ainda não foi totalmente “interiorizada” pela comunidade do estudo cognitivo das dinâmicas culturais (XYGALATAS, 2014).

Diante de tais constatações, talvez seja útil examinarmos um esclarecimento atualizado, recentemente realizado por Sperber, acerca daquilo que ele quer inferir ao valer-se da analogia epidemiológica. Nele, (novamente) comparando a relação entre Psicologia e epidemiologia cultural

com a correspondência entre Patologia e epidemiologia médica, Sperber desenvolve a noção da “ontologia naturalista” de seu modelo nos seguintes termos:

A epidemiologia possui seus próprios conceitos, mas não sua própria ontologia. Seus conceitos são definidos em termos daqueles utilizados por outras disciplinas: a Patologia Individual, a Ecologia e a Demografia. Por se basear em diversas outras disciplinas, a epidemiologia possui um relacionamento de relevância mútua com todas elas e de redução com nenhuma delas. Trata-se uma disciplina genuinamente soberana, com fortes relações com outras disciplinas e sem uma ontologia autônoma. É uma vez que as ciências das quais ela toma emprestado sua ontologia são consideradas ciências naturais, a epidemiologia também é, efetivamente, uma ciência natural. (SPERBER, 2011, p. 67-68)

Dado que, aqui e em outros textos, Sperber trata com grande atenção as várias implicações da analogia médica, é surpreendente notar que ele não parece ter estendido suas considerações para questões relativas à metodologia. De fato, parece-nos que Sperber é, inclusive, bastante cético quanto à testabilidade de seu modelo, já que ele o considera como (meramente) probabilístico (CLAIDIÈRE, SPERBER, 2007, p. 97). No entanto, a epidemiologia médica contemporânea depende de um conjunto de métodos sofisticados e bem estabelecidos de avaliação, baseados em técnicas de modelagem matemática e computacional, os quais muitas vezes se sobrepõem às metodologias utilizadas pela Biologia de Populações (BRAUER, CASTILLO-CHAVEZ, 2012). Portanto, se formos fieis à analogia fornecida pelo próprio Sperber, não há razões para que os métodos de modelagem matemática e computacional não possam (também) ser utilizados em cenários referentes à epidemiologia cultural. Em outras palavras, as metodologias empregadas por epidemiologistas médicos e biólogos populacionais prometem oferecer um conjunto de aparatos coerentes para o devido trato de hipóteses científicas baseadas no modelo epidemiológico-cultural de Sperber. Ou seja, o posicionamento inercial, de que o método científico ideal para o estudo das culturas é o psicológico-experimental, o qual foi responsável por levar alguns estudiosos ao ceticismo exacerbado acerca do estudo empírico-cognitivo das dinâmicas culturais, simplesmente, partiu de uma suposição equivocada. Pois tal forma de apuração representa apenas uma perspectiva demasiadamente restritiva das possibilidades metodológicas presentes nas “ciências da vida”. O que parece-nos ser mais basilar é, sobretudo, uma tentativa mais decidida de matematização de aspectos dos processos históricos de interesse, não necessariamente levá-los para um laboratório.

Certa inspiração para tal lógica de pesquisa pode ser encontrada no polêmico e ambicioso projeto da *Clíodinâmica*, conforme o proposto pelo biólogo populacional Peter Turchin. Segundo Turchin, os historiadores parecem ter desistido cedo demais da tentativa de formular e testar teorizações generalizáveis (TURCHIN, 2011, p.115). Com o potencial de catalisar o

desenvolvimento da escrita da História em mente, o autor acredita que pode ser-nos útil buscar alguma inspiração no trajeto acadêmico da Biologia Evolutiva. Aqui, uma das mais importantes “revoluções” na história da disciplina está associada ao advento da modelagem matemática (TURCHIN, 2011, p. 171-172). Partindo de tal técnica, tornou-se possível reformular hipóteses inicialmente expressas em termos gerais em previsões mais particulares, as quais podem, posteriormente, ser comparadas com o material disponível, derivado da observação. De acordo com o enfatizado por Turchin, na modelagem, previsões científicas não possuem relação alguma com o futuro, mas representam, principalmente, uma ferramenta para o teste de teorizações em relação aos materiais disponíveis (TURCHIN, 2011, p. 169). Logicamente, tais dados podem, muitas vezes, ser derivados de fontes históricas. Afinal, naquilo que diz respeito ao tópico central do presente texto, podemos sensatamente inferir que demais dados a serem utilizados no teste de hipóteses relacionadas aos processos culturais de longo prazo (em tese, processos históricos) simplesmente não estão disponíveis.

Voltando-nos, novamente, para o exemplo do estudo da Antiguidade, embora seja provavelmente impossível quantificar significativamente qualquer processo histórico específico relativo às crenças e condutas presentes no Mediterrâneo antigo, assim como testar, de maneira precisa, determinados conjuntos de hipóteses científico-cognitivas relativas às dinâmicas culturais, contrapondo-as aos dados históricos e arqueológicos pertinentes na análise de tal recorte (ou seja, através de uma avaliação estatística da equivalência entre nosso modelo e os dados que possuímos), trabalhar com tal lógica de pesquisa conforme um ideal a ser seguido é, não obstante, deveras estimulante e esclarecedor, pelo menos no planejamento de projetos de pesquisa. Pois, sinteticamente, em tais condições, torna-se possível trabalhar cognitivo-historiograficamente com hipóteses enfocando o papel da “atração cognitiva” nos processos de transmissão cultural das práticas sociais internamente a uma escala temporal significativamente ampla. Valendo-nos da terminologia utilizada pela “Historiografia Preditiva” de Turchin, tais hipóteses podem ser relacionadas à realidade histórica do mundo imperial romano por meio da formulação de previsões internas à nossa modelagem, as quais afirmariam, por exemplo, que fatores de “atração cognitiva” exerceram forte influência na orientação da trajetória de disseminação de antigos conjuntos de concepções e comportamentos. E isso pode ser efetuado por meio de uma exploração sistemática da confiabilidade de nossas previsões centrais fundamentada na análise detalhada das fontes históricas pertinentes. Finalmente, no que diz respeito à própria teoria epidemiológica, inspirada pela supracitada exploração das fontes históricas, uma adicional e valiosa investigação das

hipóteses-alvo pode ser realizada mediante à formatação de nossa modelagem em uma simulação baseada em agentes.

Nos últimos anos, o método de modelagem baseada em agentes tem gozado de uma popularidade crescente no estudo cognitivo das culturas, especialmente nos trabalhos de cientistas cognitivos da religião (Cf. NIELBO, BRAXTON, UPAL, 2012; LANE, 2013; CZACHESZ, LISDORF, 2014). Na realidade, tudo indica que tal metodologia é perfeitamente adequada para a pesquisa científico-cognitiva como um todo (SUN, 2006; LANE, SCHULTS, 2018). Na construção de uma simulação baseada em agentes, o pesquisador trabalha com uma “população” de indivíduos artificiais projetados para se comportar de acordo com certas regras. Nos estudos científico-sociais, tais regras são idealizadas para simular aquilo que sabemos a respeito da cognição e do comportamento humanos. Destarte, esses agentes artificialmente simulados possuem, tipicamente, algo como uma “memória” ou “percepção” algoritmicamente especificada que eles utilizam para “decidir” aquilo que irão fazer e como irão interagir com outros agentes e com seu ambiente em um estágio futuro da simulação. Ainda, o mais interessante de ser observado nesse tipo de empreendimento é que, por grupos sociais serem tratados como sistemas complexos, mesmo com regras individuais extremamente simples, faz-se possível emergir, no nível populacional, comportamentos coletivos extremamente rebuscados, os quais podem revelar características semelhantes às das sociedades do mundo real (SCHELLING, 1971). Em termos técnicos, trata-se de um tipo de simulação ascendente (*bottom-up*), pois a dinâmica do sistema em questão é representada (modelada) partindo da perspectiva de suas entidades (dos elementos que compõem tal sistema), em contraste com abordagens descendentes (*top-down*), as quais partem da simulação de um sistema como um todo. Na lógica, embora inicialmente os agentes sigam um conjunto de regras determinísticas, seu comportamento é autônomo e adaptativo. Ademais, tais indivíduos possuem a capacidade de “sentir”, “aprender”, “comunicar” e alterar suas condutas de acordo com as circunstâncias (BRUGHMANS et al., 2019, p. 8). Logo, modelos baseados em agentes são uma ferramenta ideal para a exploração do impacto de regras deveras simples, estabelecidas sob o nível individual, em processos complexos, observados no nível populacional. Logicamente, isso faz com que essa metodologia seja especialmente relevante para a análise do papel da “atração cognitiva” (percebida individualmente) nos processos de transmissão cultural das práticas sociais, conforme seu estabelecimento em longas escalas de tempo – isto é, a atuação, sob um modelo epidemiológico, dos mecanismos cognitivos operando no nível das mentes individuais em relação às dinâmicas culturais de longo prazo, envolvendo muitas mentes. Dito isso (e, não obstante), devemos ressaltar

que modelos computacionais não equivalem a um teste empírico-experimental de hipóteses gerais, mas são uma investigação heurística para fins de elaboração teórica. Nesse sentido, o interesse de historiadores e cientistas cognitivos pode, posteriormente, se voltar para o questionamento de se um modelo inspirado em um determinado ambiente histórico sob escrutínio pode contribuir para a, ulterior, exploração da confiabilidade de determinados prognósticos teóricos generalizantes.²¹

Digno de nota, em anos recentes a modelagem baseada em agentes tornou-se a técnica de simulação mais utilizada pela Arqueologia histórica. Conforme o constatado, ela oferece uma vantagem única quando comparada aos demais métodos de simulação, pois permite que os estudiosos do passado projetem algo como um ambiente artificial a partir de um conjunto de entidades que lhes é familiar: indivíduos ou grupos pretéritos e seus comportamentos e capacidades. Mas, conforme mencionamos anteriormente, ao mesmo tempo, a modelagem baseada em agentes possibilita a obtenção de resultados populacionais (representando um aglomerado complexo de trajetórias de agentes individuais) congruentes com as informações do registro histórico e arqueológico pertinente. Portanto, seu maior potencial para o estudo da Antiguidade está, mais uma vez, no fato de que esse tipo de simulação é particularmente adequado para modelos que enfocam o papel das condutas, concepções e habilidades individuais na formatação de tendências em larga escala que sejam localizáveis no material histórico-arqueológico. Nisso, a modelagem dos processos de interação social, transmissão cultural e cambio econômico do Mediterrâneo antigo possui um potencial característico adicional, visto que muitos dos modelos básicos para a análise de tais dinâmicas já foram minuciosamente desenvolvidos em outras disciplinas e, bem recentemente, foram eficientemente traduzidos para o âmbito da História e Arqueologia do mundo greco-romano (Cf. LAKE, 2014; BIANCHI, SQUAZZONI, 2015; HAMILL, GILBERT, 2016; KAŠE, HAMPEJS, POSPÍŠIL, 2018).

O mundo antigo como um “laboratório” para a Historiografia Cognitiva

Resta-nos desenvolver explicitamente quais seriam os proventos para uma perspectiva de Historiografia Cognitiva compreendida como parte integrante das Ciências Cognitivas em se voltar, em termos gerais, para o estudo do passado distante do Mediterrâneo antigo e, mais especificamente, para o desenvolvimento histórico das práticas sociais do mundo imperial romano.

²¹ Diante de tais possibilidades, não é de se surpreender que Harvey Whitehouse também tenha formado uma equipe de especialistas em modelagem computacional na tentativa de conceber um modelo baseado em agentes para o teste de certas previsões conjecturadas por sua teoria dos “modos divergentes de religiosidade” (WHITEHOUSE et al., 2012). Consequentemente, tal empreitada (novamente) reiterou o interesse de Whitehouse na dinâmica dos sistemas culturais, da mesma forma como ele é tradicionalmente compartilhado por antropólogos e historiadores.

Pois, partindo de um ponto de vista científico-empírico, não seria (muito) mais promissor estudar processos históricos mais recentes? Em suma, (aqui) iremos nos concentrar brevemente em três justificativas inter-relacionadas por meio das quais a escolha do contexto mediterrâneo antigo como recorte de estudo, particularmente sob o Império Romano, se revela uma opção deveras coerente.

Primeiramente, assim como em qualquer outro período pré-moderno, o Mediterrâneo antigo compunha um cenário amplamente livre do impacto da mídia impressa e de massa. (EISENSTEIN, 2005). Por exemplo, antes do advento da impressão em larga escala, por conjectura, havia uma correspondência muito mais acentuada e clara entre o número de cópias de um determinado texto em circulação e a demanda real por ele ou sua relevância social. Outrossim, nesse tipo de conjuntura, o compartilhamento de características arqueológicas complexas pode, frequentemente, ser considerado como representativo da existência de contato físico direto entre sítios distintos, quase determinadamente anulando as possibilidades de existência de qualquer vínculo virtual entre eles. Em outras palavras, quando em comparação com a contemporaneidade ou períodos históricos mais recentes, a qualidade efetiva das dinâmicas culturais antigas gozava de uma relevância muito maior para a sua distribuição. E isso implica que a transferência de informações, incluindo a transmissão cultural de representações sociais e formas de conduta, dependia diretamente dos movimentos espaciais dos indivíduos e da conectividade translocal das redes sociais existentes – ou seja, para que concepções e comportamentos fossem difundidos eles tinham que ser comunicados de maneira relativamente direta (SCHEIDEL, 2014; PRICE, 2012; WOOLF, 2016a; 2016b). Obviamente, já na Antiguidade, as possibilidades de os indivíduos se tornarem conscientes das mudanças culturais eram muito amplas, mas em tais dinâmicas, o papel das relações sociais efetivas era, muito provavelmente, particularmente relevante. Ainda, nesse tipo de ambiente, a disseminação de representações coletivas e formas de comportamento era, supostamente, muito mais diretamente afetada por fatores de “atração cognitiva” ou função social do que em ecossistemas compostos por sociedades tribais relativamente isoladas, conforme aqueles tradicionalmente estudados pelos antropólogos.

Em segundo lugar, além de sua expressiva conectividade econômica, o Mediterrâneo antigo, durante a época da expansão imperial romana, era também um período marcado, por um lado, por uma relativa unidade cultural e política (que perdurou por uma considerável extensão de tempo) e, por outro, uma eventual liberdade em questões socioculturais (VAAGE, 2006). Graças a tais propriedades, poderíamos esperar uma boa interação entre a popularidade efetiva de algumas concepções coletivas e formas de comportamento e como essas ideias e modelos de conduta seriam

epidemiologicamente afetadas por fatores distintos, tais quais sua função social e a atuação da “atração cognitiva” em sua disseminação. Logicamente, mesmo nas sociedades pré-modernas, instituições como o Estado ou a Igreja – ou até mesmo indivíduos influentes – muito certamente, exerciam um papel importante no estabelecimento daquilo que circulava entre as populações, entretanto, o impacto direto de tais atores era, tipicamente, limitado a apenas um número restrito de domínios (KAŠE, 2016). Novamente, sob tais condições, podemos (teoricamente) obter uma compreensão muito melhor da interação entre fatores motivacionais reais, revelando a qualidade coletivamente assimilada das transformações culturais e as possibilidades que elas efetivamente proporcionavam aos seus adotantes. Logo, torna-se possível tentar avaliar seu valor relativo para determinados processos de interesse historiográfico (no caso, referentes ao Mediterrâneo antigo).

Finalmente, valendo-nos (como ilustração) de um exemplo de interesse primordial para os cientistas cognitivos da religião, especialmente antes da chamada “virada constantiniana” (ou conversão de Constantino), o “mercado religioso” romano era, em si, um fenômeno altamente divergente, no qual, numerosas versões distintas de conceitos e práticas religiosas competiam para se estender por toda uma população de seguidores receptivos. E tal fato oferece-nos evidências extremamente úteis para, internamente a uma população satisfatoriamente bem registrada,²² compararmos o papel da “atração cognitiva” e das funções sociais nos processos de transmissão cultural (KAŠE, 2016). Ademais, isso significa que, apesar do fato de o material histórico ser muitas vezes deveras escasso, podemos cobrir (aqui) uma escala muito maior de espaço e tempo do que é possível quando enfocamos qualquer sociedade contemporânea. Sinteticamente, compenetrados em uma abordagem computacional baseada em hipóteses para a elucidação do mundo imperial romano, historiadores e cientistas cognitivos poderiam estudar a transmissão cultural de coisas, tais como novas concepções e práticas sociais, valendo-se de uma escala gigascópica – ou seja,

²² Nos últimos anos, várias fontes históricas cruciais para a compreensão desse período foram disponibilizadas virtualmente. Um número significativo de projetos agora oferecem mapas digitais de alta qualidade, exibindo a distribuição espacial de determinados conjuntos de materiais histórico-arqueológicos (Cf. *Digital Atlas of Roman and Medieval Civilization*; *Ancient World Mapping Center*. À-la-carte Map; *Pleiades*; *Pelagios*; *Epigraphic Database Heidelberg*; *Mantis*: A Numismatic Technologies Integration Service), enquanto outros permitem a pesquisa de textos completos em versões digitalizadas de antigas obras gregas e latinas (Cf. *Perseus Digital Library*) ou o exame de metadados a respeito de manuscritos antigos (Cf. *Trismegistos*: Leuven Database of Ancient Books). Algumas plataformas recentes até mesmo nos permitem modelar trajetórias de deslocamento pelo mundo romano, calculando distâncias, durações ou custos de locomoção (Cf. *Orbis*: The Stanford Geospatial Network Model of the Roman World). Embora tais ferramentas sejam projetadas para, primariamente, servir aos historiadores que tradicionalmente estudam o período em questão, elas também podem ser utilizadas como alicerce de nosso modelo cognitivo-historiográfico para a análise das dinâmicas sociais mediterrâneas.

processos que se estendem por, pelo menos, várias décadas e que se referem a milhares ou, até mesmo, milhões de indivíduos (Cf. KAŠE, 2014).²³

Observações finais

Ao longo deste texto introdutório, a indagação acerca das implicações da “atração cognitiva” na transmissão cultural das práticas sociais humanas nos direcionou para o campo da Historiografia Cognitiva, o qual contrastamos em duas formas: Historiografia Cognitiva como empreitada historiográfica respaldada e orientada pelas Ciências Cognitivas; e Historiografia Cognitiva como uma parcela integrante das Ciências Cognitivas, elucidando aspectos gerais do pensamento e comportamento humanos. Por meio de uma leitura panorâmica dessas diferentes abordagens para a efetivação de uma relação entre cognição e história, enfatizamos e traçamos os contornos da segunda maneira de se conceber tal conexão – Historiografia Cognitiva como um modelo de pesquisa orientado por hipóteses, visto como parte constituinte das Ciências Cognitivas – sugerindo, em seguida, o potencial dos métodos de modelagem matemática e computacional para a efetivação dessa modalidade de pesquisa acadêmica na elucidação de materiais histórico-arqueológicos. De acordo com a lógica de tal interpelação, hipóteses de interesse primário para um ou mais estudiosos em particular, não são formuladas em relação aos dados históricos concretos, os quais são (de fato) o objeto analisado, mas em relação a um fenômeno geral, concernente à cognição e condutas humanas, conforme essas são estudadas pelas Ciências Cognitivas e demais disciplinas das “ciências da vida”. Tais hipóteses (então) somente são direcionadas para o questionamento específico da “realidade histórica” pertinente quando são reformuladas sob a forma de previsões intrínsecas ao cenário investigado. Evidentemente, a condução desse modelo de pesquisa também contribui para nossa compreensão do próprio material histórico empiricamente trabalhado, mas esse não é seu objetivo principal. Assim, é importante reiterarmos e deixarmos bem claro que – desde a sua introdução – esse tipo de empreitada científico-acadêmica

²³ Faz-se necessário deixar bem claro que (conforme o anteriormente explicitado) o uso da simulação de populações e de teorias advindas das Ciências Cognitivas pela Historiografia Cognitiva deve ser tomado como uma “ferramenta heurística” (algo auxiliar e complementar, quando e se possível), mas nunca como uma eliminação ou substituição dos métodos e questões tradicionalmente trabalhados pela disciplina da História. Logo, uma agenda cognitivo-historiográfica conforme a descrita e parcialmente promovida pelo presente texto pretende-se valer de métodos quantitativos e teorizações científico-naturalistas, unicamente, no esforço por amparar científico-cognitivamente nosso entendimento acerca dos desenvolvimentos históricos – opondo-se, por conseguinte, a toda e qualquer tentativa de transformação desses processos e de seu estudo em um fenômeno exclusivamente biológico e qualitativamente tratável. Cf. SHRON, 2019 para uma recente problematização dos pressupostos teóricos da Historiografia Cognitiva contemporânea e algumas de suas prováveis implicações historiográficas e científico-cognitivas. *As informações presentes nessa nota se devem ao astuto parecer de um dos avaliadores anônimos da revista, ao qual estamos intensamente gratos.

tenta contribuir para a elucidação do pensamento e comportamento humanos, em termos gerais, ao menos na mesma medida que procura colaborar com nosso entendimento dos específicos contextos históricos antigos que compõem seu recorte espaço-temporal.

Sinteticamente, em relação às demais disciplinas das Ciências Cognitivas, a preeminência da Historiografia Cognitiva está em seu acesso indireto a processos culturais de longo prazo, os quais, de outras formas, dificilmente poderiam ser abordados por meio dos métodos psicológicos ou antropológicos padrões – uma vez que tais metodologias são (apenas) capazes de estudar fenômenos humanos em uma escala significativamente menor, de apenas alguns indivíduos ou pequenas amostras populacionais ao longo de um curto período de tempo. Por conseguinte, o uso da modelagem computacional pode ser tomado como uma das maneiras possíveis por meio das quais a História poderia, em termos gerais, enriquecer nossa compreensão da cognição e condutas humanas, conforme essas são apreendidas pelo estudo científico-social, cognitivo e evolucionista contemporâneos. Com isso em mente, parece-nos fundamental que pesquisadores com vasta experiência historiográfica passem a reconhecer ou pelo menos se conscientizar da provável relevância desse tipo de orientação mais generalizante para uma maior compreensão da história e, por sua vez, que acadêmicos com formação científico-naturalista percebam ou pelo menos considerem como o estudo histórico do Mediterrâneo antigo poderia contribuir substancialmente para a teorização científico-cognitiva acerca das práticas sociais humanas, sua eficácia e sua transmissão cultural. Finalmente, seria ainda mais satisfatório se esse tipo de pesquisa pudesse estimular pesquisadores de ambos os domínios acadêmicos mencionados a se envolverem em futuras cooperações e projetos colaborativos, uma prática ainda muito rara nas Ciências Humanas. Afinal, é indispensável reconhecermos que o advento da “era digital” tornou a realização de projetos interdisciplinares uma tarefa consideravelmente mais acessível do que antes. Novamente, por meio de tal panorama, com hipóteses e previsões explicitamente estabelecidas, o Mediterrâneo antigo poderia ser estudado não apenas como forma de obtermos uma melhor compreensão de processos históricos específicos, mas também na tentativa de, em termos gerais, alcançarmos uma percepção mais rebuscada do papel de diferentes fatores cognitivo-sociais na transmissão cultural das concepções e práticas dos indivíduos humanos, por toda a sua longa história.

Referências bibliográficas

BIANCHI, F., SQUAZZONI, F. Agent-Based Models in sociology. **Wiley Interdisciplinary Reviews: Computational Statistics**, v. 7, n. 4, p. 284-306, 2015.

BLOOM, P. **Descartes' Baby**: How the science of children development explains what makes us human. New York: Basic Books, 2004.

BOYER, P. **Tradition as Truth and Communication**: A cognitive description of traditional discourse. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

_____. Explaining Religious Ideas: Elements of a Cognitive Approach. **Numen**, v. 39, n. 1, p. 27-57, 1992.

_____. Cognitive Aspects of Religious Symbolism. In: BOYER, P. (Org.). **Cognitive Aspects of Religious Symbolism**. Cambridge: Cambridge University Press, p. 4-47, 1993.

BOYER, P. RAMBLE, C. Cognitive Templates for Religious Concepts: Cross-cultural evidence for recall of counter-intuitive representations. **Cognitive Science**, v. 25, n. 4, p. 535-564, 2001.

BRAUER, F., CASTILLO-CHAVEZ, C. (Orgs.). **Mathematical Models in Population Biology and Epidemiology**. New York: Springer, 2012.

BRUGHMANS, T. et al. Formal Modelling Approaches to Complexity Science in Roman Studies: A Manifesto. **Theoretical Roman Archaeology Journal**, v. 2, n. 1, p. 1-19, 2019.

BULBULIA, J. et al. Why Do Religious Cultures Evolve Slowly? The Cultural Evolution of Cooperative Calling and the Historical Study of Religions. In: CZACHESZ, I., URO, R. (Orgs.). **Mind, Morality and Magic**: Cognitive Science Approaches in Biblical Studies. London: Routledge, p. 197-211, 2014.

BULBULIA, J., SLINGERLAND, E. Religious Studies as a Life Science. **Numen**, v. 59, n. 5-6, p. 564-613, 2012.

BULBULIA, J., WILSON, M.S., SIBLEY, C.G. Thin and Thinner: Hypothesis-driven Research and the Study of Humans. **Numen**, v. 61, n. 2-3, p. 166-181, 2014.

BYNUM, C. W. Perspectives, Connections & Objects: What's Happening in History Now? **Daedalus**, v. 138, n. 1, p. 71-86, 2009.

CAO, N., CUI, W. **Introduction to Text Visualization**. New York: Springer, 2016.

CLAIDIÈRE, N., SPERBER, D. The Role of Attraction in Cultural Evolution. **Journal of Cognition and Culture**, v. 7, n. 1, p. 89-111, 2007.

COCHRAN, G., HARPENDING, H. **The 10,000 Year Explosion**: How Civilization Accelerated Human Evolution. New York: Basic Books, 2009.

CONFER, J.C. et al. Evolutionary Psychology: Controversies, Questions, Prospects, and Limitations. **American Psychologist**, v. 65, n. 2, p. 110-126, 2010.

COSMIDES, L., TOOBY, J. **Evolutionary Psychology**: A Primer. Center for Evolutionary Psychology. Santa Barbara: University of California, 1997.

COSMIDES, L., TOOBY, J., BARKOW, J.H. Introduction: Evolutionary Psychology and Conceptual Integration. In: BARKOW, J. H., COSMIDES, L., TOOBY, J. (Orgs.). **The Adapted Mind**: Evolutionary Psychology and the Generation of Culture. New York: Oxford University Press, p. 3-15, 1992.

CRAVER, C., TABERY, J. Mechanisms in Science. In: ZALTA, E.N. (Org.). **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Stanford: Stanford University, 2019.

CZACHESZ, I. A Cognitive Perspective on Magic in the New Testament. In: CZACHESZ, I., URO, R. (Orgs.). **Mind, Morality and Magic: Cognitive Science Approaches in Biblical Studies**. London: Routledge, p. 164-179, 2014.

_____. **Cognitive Science and the New Testament: A New Approach to Early Christian Research**. Oxford: Oxford University Press, 2017.

_____. Magic. In: URO, R. et al. (Orgs.). **The Oxford Handbook of Early Christian Ritual**. Oxford: Oxford University Press, p. 187-203, 2018.

CZACHESZ, I., LISDORF, A. Computer Modeling of Cognitive Processes in Biblical Studies: The Primacy of Urban Christianity as a Test Case. In: CZACHESZ, I., URO, R. (Orgs.). **Mind, Morality and Magic: Cognitive Science Approaches in Biblical Studies**. London: Routledge, p. 77-97, 2014.

DONALD, M. **Origins of the Modern Mind: Three Stages in the Evolution and Cognition**. Cambridge: Harvard University Press, 1991.

EISENSTEIN, E.L. **The Printing Revolution in Early Modern Europe**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

ESLER, P.F. Introduction: Models, Context and Kerygma in New Testament Interpretation. In: ESLER, P.F. (Org.). **Modeling Early Christianity: Social-scientific studies of the New Testament in its context**. London: Routledge, p. 1-20, 1995.

GARDNER, H. **A Nova Ciência da Mente**. São Paulo: Edusp, 2003.

HAMILL, L., GILBERT, N. **Agent-Based Modelling in Economics**. Chichester: Wiley, 2016.

HAVELKA, R. Syntéza kognitivní vědy o náboženství a kognitivní archeologie: Nová perspektiva studia pravěkých náboženských systémů? **Sacra**, v. 6, n. 1, p. 5-26, 2008.

HEINTZ, C. Cognitive History and Cultural Epidemiology. In: MARTIN, L.H., SØRENSEN, J. (Orgs.). **Past Minds: Studies in cognitive historiography**. London: Routledge, p. 11-28, 2014.

HENRICH, J., HEINE, S.J., NORENZAYAN, A. The Weirdest People in the World? **Behavioral and Brain Sciences**, v. 33, n. 2-3, p. 61-83, 2010.

KAŠE, V. Experimenty dějin: Kognitivní historiografie mezi dějepisectvím a kognitivní vědou. **Pantheon**, v. 9, n. 1, p. 93-112, 2014.

_____. Ancient Mediterranean as a Laboratory of Cultural Transmission. **GEHIR: Generative Historiography of Religion Project**, 10 mar. 2016.

KAŠE, V., HAMPEJS, T., POSPÍŠIL, Z. Modeling Cultural Transmission of Rituals in Silico: The Advantages and Pitfalls of Agent-Based vs. System Dynamics Models. **Journal of Cognition and Culture**, v. 18, n. 5, p. 483-507, 2018

LAKE, M.W. Trends in archaeological simulation. **Journal of Archaeological Method and Theory**, v. 21, p. 258-287, 2014.

LANE, J.E. Method, Theory, and Multi-Agent Artificial Intelligence: Creating computer models of complex social interaction. **Journal for the cognitive science of religion**, v. 1, n. 2, p. 161-180, 2013.

LANE, J.E., SCHULTS, F.L. Cognition, Culture, and Social Simulation. **Journal of Cognition and Culture**, v. 18, n. 5, p. 451-461, 2018.

LEVY, G. Technology and Past Minds: The Case of Jewish Niche Construction. In: MARTIN, L.H., SØRENSEN, J. (Orgs.). **Past Minds: Studies in cognitive historiography**. London: Routledge, p. 29-44, 2014a.

_____. **Judaic Technologies of the Word: A Cognitive Analysis of Jewish Cultural Formation**. London: Routledge, 2014b.

LISDORF, A. The Spread of Non-Natural Concepts: Evidence from the Roman Prodigy Lists. **Journal of Cognition and Culture**, v. 4, n. 1, p. 151-173, 2004.

MARTIN, L.H. Biology, Sociology and the Study of Religion: Two Lectures. **Religio: Revue pro Religionistiku**, v. 5, n. 1, p. 21-35. 1996.

_____. Introduction: History, Memory and Cognition. **Historical Reflections/Réflexions Historiques**, v. 31, n. 2, p. 195-200, 2005a.

_____. Towards a Cognitive History of Religions. **Revista de Estudos Da Religião**, v. 4, p. 7-18, 2005b.

_____. The Promise of Cognitive Science for the Study of Early Christianity. In: LUOMANEN, P., PYYSIÉINEN, I., URO, R. (Orgs.), **Explaining Christian Origins and Early Judaism: Contributions from Cognitive and Social Science**. Leiden: Brill, p. 37-56, 2007.

_____. The Future of the Past: The History of Religions and Cognitive Historiography. **Religio: Revue pro Religionistiku**, v. 20, n. 2, p. 155-171, 2012.

_____. Evolution, Cognition, and History. In: MARTIN, L.H., SØRENSEN, J. (Orgs.). **Past Minds: Studies in cognitive historiography**. London: Routledge, p. 1-11, 2014.

MARTIN, L.H., PACHIS, P. **Theoretical Frameworks for the Study of Graeco-Roman Religions**. Thessaloniki: University Studio Press, 2003.

_____. **Imagistic Traditions in the Graeco-Roman World**. Thessaloniki: Vantias Editions, 2009.

MARTIN, L.H., SØRENSEN, J. (Orgs.). **Past Minds: Studies in cognitive historiography**. London: Routledge, 2014.

MARTIN, L.H., WHITEHOUSE, H. **Theorizing Religions Past: Archaeology, History, and Cognition**. Walnut Creek: AltaMira Press, 2004.

MCCAULEY, R.N., LAWSON, E.T. **Bringing Ritual to Mind: Psychological Foundations of Cultural Forms**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

MESOUDI, A. Cultural Evolution: A Review of Theory, Findings and Controversies. **Evolutionary Biology**, v. 43, n. 4, p. 481-497, 2016.

MILLER, G.A. The Cognitive Revolution: A historical perspective. **Trends in Cognitive Sciences**, v. 7, n. 3, p. 141-144, 2003.

MITHEN, S. Cognitive Archeology. In: WILSON, R.A., KEIL, F.C.K. (Orgs.). **The MIT Encyclopedia of the Cognitive Sciences**. Cambridge: MIT Press, p. 122-124, 2000.

_____. **A pré-história da mente: Uma busca das origens da arte, religião e da ciência**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

MORETTI, F. **Distant Reading**. London: Verso Books, 2013.

MORIN, O. **Why Traditions Live and Die**. Oxford, New York: Oxford University Press, 2016.

- NEWEN, A., DE BRUIN, L., GALLAGHER, S. (Orgs.). **The Oxford Handbook of 4E Cognition**. Oxford: Oxford University Press, 2018.
- NEYREY, J.H. Social-Scientific Criticism. In: AUNE, D.E. (Org.). **The Blackwell Companion to the New Testament**. Hoboken: Wiley-Blackwell, p. 177-191, 2010.
- NIELBO, K.L., BRAXTON, D.M., UPAL, A. Computing Religion: A New Tool in the Multilevel Analysis of Religion. **Method & Theory in the Study of Religion**, v. 24, n. 3, p. 267-290, 2012.
- PRICE, S. Religious Mobility in the Roman Empire. **Journal of Roman Studies**, v. 102, p. 1-19, 2012.
- RENFREW, C., ZUBROW, E.B.W. (Orgs.). **The Ancient Mind: Elements of Cognitive Archeology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- RICHERSON, P.J., BOYD, R. **Not By Genes Alone: How Culture Transformed Human Evolution**. Chicago: University of Chicago Press, 2005.
- SCHEIDEL, W. The Shape of the Roman World: Modelling Imperial Connectivity. **Journal of Roman Archaeology**, v. 27, p. 7-32, 2014.
- SCHELLING, T. C. Dynamic models of segregation. **Journal of mathematical sociology**, v. 1, n. 2, p. 143-186, 1971.
- SHRON, A. Extended evolutionary synthesis: Linking History and cognitive Science. In: ABRAMS, L., KNOBLAUCH, K. (Orgs.). **Historians Without Borders: New Studies in Multidisciplinary History**. London: Routledge, p. 58-94, 2019.
- SILVA, T.M., SANTOS, L.S. Religião, cognição e as ciências do cérebro: uma introdução. **Sacrilegens**, v. 14, n. 1, p. 90-109, 2017a.
- _____. Ciências cognitivas, história e o estudo comparativo das religiões: pela definição de um conceito formal e historicamente tangível de “religião”. **Sacrilegens**, v. 14, n. 2, p. 25-44, 2017b.
- SLINGERLAND, E. Who’s Afraid of Reductionism? The Study of Religion in the Age of Cognitive Science. **Journal of the American Academy of Religion**, v. 76, n. 2, p. 375-411, 2008.
- _____. Body and Mind in Early China: An Integrated Humanities-Science Approach. **Journal of American Academy of Religion**, v. 81, n. 1, p. 6-55, 2014a.
- _____. Toward a Second Wave of Consilience in the Cognitive Scientific Study of Religion. **Journal of Cognitive Historiography**, v. 1, n. 1, p. 121-130, 2014b.
- SLINGERLAND, E., BULBULIA, J. Introductory essay: Evolutionary science and the study of religion. **Religion**, v. 41, n. 3, p. 307-328, 2011.
- SLINGERLAND, E., CHUDEK, M. The Prevalence of Mind-Body Dualism in Early China. **Cognitive Science**, v. 35, n. 5, p. 997-1007, 2011.
- SLINGERLAND, E. et al. The Distant Reading of Religious Texts: A “Big Data” Approach to Mind-Body Concepts in Early China. **Journal of the American Academy of Religion**, v. 85, v. 4, p. 985-1016, 2017.
- SMAIL, D.L. **On Deep History and the Brain**. Berkeley: University of California Press, 2008.
- SØRENSEN, J. Religion, evolution, and an immunology of cultural systems. **Evolution and Cognition**, v. 10, n. 1, p. 61-73, 2004.

_____. Past Minds: Present Historiography and Cognitive Science. In: MARTIN, L.H., SØRENSEN, J. (Orgs.). **Past Minds: Studies in cognitive historiography**. London: Routledge, p. 179-195, 2014.

SPERBER, D. **Explaining Culture: A naturalistic approach**. Oxford, Malden: Blackwell Publishers, 1996.

_____. A naturalistic ontology for mechanistic explanations in the social sciences. In: MARTIN, L.H. DEMEULENAERE, P. (Org.). **Analytical Sociology and Social Mechanisms**. Cambridge: Cambridge University Press, p. 64-77, 2011.

SUN, R. Prolegomena to Integrating Cognitive Modeling and Social Simulation. In: SUN, R. (Org.), **Cognition and Multi-Agent Interaction: From Cognitive Modeling to Social Simulation**. Cambridge: Cambridge University Press, p. 3-28, 2006.

TAPPENDEN, F.S. **Resurrection in Paul: Cognition, Metaphor, and Transformation**. Atlanta: SBL Press, 2016.

TOTH, N., SCHICK, K. Overview of Paleolithic Archaeology. In: HENKE, W., TATTERSALL, I. (Orgs.). **Handbook of Paleoanthropology**. New York: Springer, p. 1943-1963, 2007.

TURCHIN, P. Toward Cliodynamics – an Analytical, Predictive Science of History. **Cliodynamics**, v. 2, n. 1, p. 167-186, 2011.

URO, R. **Ritual and Christian Beginnings: A Socio-Cognitive Analysis**. Oxford: Oxford University Press, 2016.

_____. Cognitive Science in the Study of Early Christianity: Why It Is Helpful – and How? **New Testament Studies**, v. 63, n. 4, p. 516-533, 2017.

VAAGE, L.E. (Org.). **Religious Rivalries in the Early Roman Empire and the Rise of Christianity**. Waterloo: Wilfrid Laurier University Press, 2006.

WHITEHOUSE, H. Memorable religions: Transmission, codification and change in divergent Melanesian contexts. **Man**, v. 27, n. 4, p. 777-797, 1992.

_____. **Inside the Cult: Religious Innovation and Transmission in Papua New Guinea**. Oxford: Clarendon Press, New York: Oxford University Press, 1995.

_____. **Arguments and Icons: Divergent modes of religiosity**. Oxford, New York: Oxford University Press, 2000.

_____. **Modes of religiosity: A cognitive theory of religious transmission**. Walnut Creek: AltaMira Press, 2004.

WHITEHOUSE, H. et al. The Role for Simulations in Theory Construction for the Social Sciences: Case Studies Concerning Divergent Modes of Religiosity. **Religion, Brain & Behavior**, v. 2, n. 3, p. 182-224, 2012.

WOOLF, G. Movers and Stayers. In: DE LIGT, L., TACOMA, L. E. (Orgs.). **Migration and Mobility in the Early Roman Empire**. Leiden, Boston: Brill, p. 440-463, 2016a.

_____. Only Connect? Network Analysis and Religious Change in the Roman World. **Hélade**, v. 2, n. 2, p. 43-58, 2016b.

XYGALATAS, D. On the Way Towards a Cognitive Historiography: Are We There Yet? **Journal of Cognitive Historiography**, v. 1, n. 2, p. 193-200, 2014.